

Serveng Civilsan
S.A. - Empresas
Associadas de
Engenharia

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.128	192.553	13.372	168.109	Fornecedores	14	79.050	62.533	36.413	38.610
Contas a receber	5	270.841	195.660	192.081	158.454	Empréstimos e financiamentos	15	17.264	21.940	16.038	17.964
Estoques	6	29.611	48.441	22.948	18.307	Obrigações tributárias	16	63.223	48.188	54.602	42.290
Impostos a recuperar	7	63.013	49.914	45.000	31.055	Salários e férias a pagar		26.992	31.591	20.471	22.422
Dividendos a receber	19	104	-	8.778	-	Dividendos a pagar		171	-	171	-
Participações em consórcios	8	-	-	54.606	13.178	Outras contas a pagar	18	12.359	65.536	8.334	10.179
Despesas antecipadas		6.062	9.385	3.858	6.866						
Outras contas a receber	9	40.221	3.273	39.218	2.081			199.059	229.788	136.029	131.465
		<u>447.980</u>	<u>499.226</u>	<u>379.861</u>	<u>398.050</u>						
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber	5	128.989	115.222	128.989	115.222	Empréstimos e financiamentos	15	9.958	28.996	6.042	22.321
Precatórios a receber	10	62.491	72.962	62.491	72.962	Obrigações tributárias	16	7.905	13.904	7.699	13.118
Depósitos judiciais	17	25.357	26.555	25.357	26.159	Mútuos	19	2.864	-	3.827	6.190
Imóveis a comercializar		858	858	858	858	Adiantamento para futuro aumento de capital		900	-	900	-
Mútuos	19	2.019	119.453	2.019	120.075	Provisão para contingências	17	27.404	17.038	22.598	17.710
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	38.195	38.195	53.230	38.195	IR e CS diferidos	26	71.507	71.982	71.507	71.982
Ativos financeiros		468	312	468	312	Receita diferida		14.018	784	754	784
Outras contas a receber	9	98.675	1.618	98.634	1.084	Outras contas a pagar	18	13.757	20.526	6.013	6.095
		<u>357.052</u>	<u>375.175</u>	<u>372.046</u>	<u>374.867</u>			148.313	153.230	119.340	138.200
Investimentos	11	25.665	7.887	4.244	22.351	Patrimônio líquido					
Imobilizado	12	228.478	259.604	211.130	233.420	Capital social	20	903.303	800.000	903.303	800.000
Intangível	13	34.151	37.900	34.042	37.751	Prejuízos acumulados		(189.208)	(34.290)	(189.208)	(34.290)
		<u>288.294</u>	<u>305.391</u>	<u>249.416</u>	<u>293.522</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		31.859	31.064	31.859	31.064
Total do ativo		<u>1.093.326</u>	<u>1.179.792</u>	<u>1.001.323</u>	<u>1.066.439</u>			<u>745.954</u>	<u>796.774</u>	<u>745.954</u>	<u>796.774</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.093.326</u>	<u>1.179.792</u>	<u>1.001.323</u>	<u>1.066.439</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	21	978.070	1.024.361	943.613	980.139
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	<u>(918.621)</u>	<u>(871.228)</u>	<u>(876.719)</u>	<u>(837.210)</u>
Lucro bruto		<u>59.449</u>	<u>153.133</u>	<u>66.894</u>	<u>142.929</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	23	(235.289)	(336.814)	(221.020)	(330.509)
Resultado de equivalência patrimonial		(44.745)	(9.525)	(50.164)	(6.367)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	<u>45.802</u>	<u>3.698</u>	<u>28.102</u>	<u>4.014</u>
		<u>(234.232)</u>	<u>(342.641)</u>	<u>(243.082)</u>	<u>(332.862)</u>
Resultado operacional		<u>(174.783)</u>	<u>(189.508)</u>	<u>(176.188)</u>	<u>(189.933)</u>
Despesas financeiras	25	(12.974)	(22.257)	(12.549)	(21.687)
Receitas financeiras	25	<u>38.364</u>	<u>18.974</u>	<u>38.191</u>	<u>18.829</u>
		<u>25.390</u>	<u>(3.283)</u>	<u>25.642</u>	<u>(2.858)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(149.393)</u>	<u>(192.791)</u>	<u>(150.546)</u>	<u>(192.791)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	(5.052)	(8.397)	(3.677)	(8.397)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	<u>322</u>	<u>4.809</u>	<u>100</u>	<u>4.809</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(154.123)</u></u>	<u><u>(196.379)</u></u>	<u><u>(154.123)</u></u>	<u><u>(196.379)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício	<u>(154.123)</u>	<u>(196.379)</u>	<u>(154.123)</u>	<u>(196.379)</u>
Resultado abrangente total	<u>(154.123)</u>	<u>(196.379)</u>	<u>(154.123)</u>	<u>(196.379)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total Consolidado	Total Controladora
			Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2015	800.000	165.948	51.045	109.017	33.091	-	1.159.101	1.159.101
Compensação com créditos de partes relacionadas	-	(165.948)	-	-	-	-	(165.948)	(165.948)
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	(2.027)	2.027	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(196.379)	(196.379)	(196.379)
Proposta de destinação de reservas para absorção de prejuízo do exercício	-	-	(51.045)	(109.017)	-	160.062	-	-
Absorção de prejuízo do exercício com reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	800.000	-	-	-	31.064	(34.290)	796.774	796.774
Aumento de capital	103.303	-	-	-	-	-	103.303	103.303
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	795	(795)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(154.123)	(154.123)	(154.123)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	903.303	-	-	-	31.859	(189.208)	745.954	745.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(154.123)	(196.379)	(154.123)	(196.379)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:				
(Reversão) para perdas com estoques e outros	(835)	(1.212)	(835)	(1.212)
Juros e variações monetárias	(2.744)	3.369	917	3.369
Baixa de títulos a receber	-	7.239	-	7.239
(Reversão) de provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber	(8.193)	(5.958)	(8.193)	(5.958)
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber	-	(14.746)	-	(16.103)
Depreciação e amortização	45.513	30.702	31.561	30.678
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(384)	(6.920)	19.203	(6.927)
Custo residual do ativo imobilizado, intangível e da propriedade para investimentos baixados	3.308	2.923	137	2.923
Ganho na alienação de investimentos	(38.601)	-	(37.378)	-
Ganho (perda) de mudança participação de investimentos	(71)	-	1.470	-
Custo residual de investimentos baixados	1.715	-	-	-
Variação de imobilizado de consórcios	-	10.049	-	-
Ganho (perda) na variação do valor justo de investimentos e propriedade para investimentos	(156)	109	(156)	109
Passivo fiscal diferido	(697)	3.587	(475)	3.587
Equivalência patrimonial	44.745	9.526	50.164	6.367
	<u>(110.523)</u>	<u>(157.711)</u>	<u>(97.708)</u>	<u>(172.307)</u>
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(87.184)	116.641	(45.520)	167.413
Estoques	18.886	4.468	(4.641)	26.510
Precatórios a receber	10.471	312.187	10.471	312.187
Impostos a recuperar	(13.167)	8.074	(13.916)	8.134
Participações em consórcios	-	-	(39.462)	(15.991)
Despesas antecipadas	3.471	(1.266)	3.008	(95)
Outras contas a receber	24.553	30.391	21.713	3.142
Depósitos judiciais	(7.639)	(257)	(13.608)	(327)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	17.081	(24.763)	(2.197)	(18.118)
Obrigações tributárias	9.123	(20.411)	6.902	(16.176)
Salários e férias a pagar	(4.798)	2.016	(1.951)	3.738
Receita diferida	13.234	(20.095)	(30)	(317)
Outras contas a pagar	(59.946)	15.194	(1.927)	(19.153)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>(186.438)</u>	<u>264.468</u>	<u>(178.866)</u>	<u>278.640</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Mútuo com partes relacionadas	(47.208)	(125.868)	(46.533)	(123.210)
Investimentos em SCs	(63.825)	-	(63.825)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-	-	(15.205)	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(13.506)	(10.825)	(5.699)	(10.781)
Recebimentos de dividendos de controladas	-	-	-	702
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(124.539)</u>	<u>(136.693)</u>	<u>(131.262)</u>	<u>(133.289)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento de acionistas para futuro aumento de capital	171.915	-	165.275	-
Mútuo com partes relacionadas	9.350	-	9.320	-
Empréstimos tomados	-	15.000	-	15.000
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros	(24.713)	(47.076)	(19.204)	(43.813)
Pagamento de dividendos	-	(3.774)	-	(3.774)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>156.552</u>	<u>(35.850)</u>	<u>155.391</u>	<u>(32.587)</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(154.425)</u>	<u>91.925</u>	<u>(154.737)</u>	<u>112.764</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	192.553	100.628	168.109	55.345
No fim do exercício	<u>38.128</u>	<u>192.553</u>	<u>13.372</u>	<u>168.109</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(154.425)</u>	<u>91.925</u>	<u>(154.737)</u>	<u>112.764</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (Serveng ou Companhia) está situada na Rua Deputado Vicente Penido, 255 - Vila Maria CEP: 02064-120 - São Paulo /SP, atua no segmento de construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplenagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais, barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armação e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica e outros minerais. As controladas têm por objeto atividades em linha com as áreas de atuação da Companhia, em especial serviços de dragagem e prestação de serviços de gestão e exploração de centros comerciais.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, ônibus, aeronaves, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Base de consolidação

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial,

as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

e. *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota 8** - Participações em consórcios;
- **Nota 11** - Recuperabilidade de ágio;
- **Nota 12** - Revisão da vida útil do imobilizado;
- **Nota 17** - Provisão para contingências.
- **Nota 26** - Impostos diferidos;

2.2 Descrição das principais práticas contábeis

a. *Instrumentos financeiros*

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e ativos financeiros), investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes), custo amortizado (fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar) e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

- (i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*
A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis.
- (ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

A Companhia reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar.

Capital Social - ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2016 e 2015.

(v) Categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes), Valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e ativos financeiros) e Custo amortizado (fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

c. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

d. Estoques

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

e. Ativos arrendados

(i) Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

(ii) Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

f. Participações em consórcios

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

g. Depósitos judiciais

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

h. Investimentos

(i) Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(ii) *Outros investimentos*

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

i. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

j. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados linearmente ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

k. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

l. *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

(i) *Capitalização dos custos dos empréstimos*

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

(ii) *Custo de transação na emissão de títulos de dívida*

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

m. *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que não que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente

n. *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

o. *Outros passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p. *Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial*

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela Assembleia geral de acionistas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

q. Reconhecimento da receita

(i) Receita de vendas e serviços

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

r. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros ativos de aplicações financeiras, de precatórios e de ganhos na mensuração de ativos financeiros ao valor justo. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, juros sobre empréstimos, perdas na mensuração de ativos financeiros ao valor justo.

s. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme os serviços relacionados sejam prestados.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificações em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(i) Previdência privada e participação nos lucros

A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus e, também, possuem planos de previdência privada para seus funcionários e dirigentes. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais. Aquelas que podem ser relevante para a Empresa estão mencionadas abaixo:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

IFRS 16 Leases (Arrendamento)

A IFRS 16 foi editada pelo IASB em janeiro de 2016 e exige que os arrendatários reconheçam nas demonstrações financeiras o passivo de pagamentos futuros e o direito de uso de um ativo arrendado, incluindo arrendamentos operacionais. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC e terá validade a partir de ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma, nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresas	Tipo de controle	Participação	
		2016	2015
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado - Direto	22,93%	22,93%
Dragaport Engenharia Ltda. (a)	Integral - Direto	-	100%
Nossa Casa Engenharia Ltda. (b)	Integral - Indireto	100%	50,10%
Santa Cruz Rodovias S.A. (c)	Integral - Direto	100%	100%
Serveng Transportes Ltda. (d)	Integral - Direto	-	-

- (a) Incorporado integralmente pela Serveng Civilsan em agosto de 2016;
- (b) Adquirido por meio de compra de participação societária dos demais sócios;
- (c) Concessão encerrada em maio de 2013. Os ativos retornaram ao Poder Concedente;
- (d) Cedida pela controladora Soares Penido em troca de aumento de capital em outubro de 2016 e vendida ao sócio Thadeu Penido em dezembro de 2016.

Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	13.939	11.092	13.093	2.572
Aplicações financeiras diversas	24.189	181.461	279	165.537
	38.128	192.553	13.372	168.109

As aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que foi de 14% a.a. em 2016 (13,18 % a.a. em 2015).

5 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber de terceiros	236.430	197.456	198.238	155.655
Contas a receber - partes relacionadas (nota 19)	57.155	8.412	57.155	12.461
Medições a faturar	110.753	116.937	69.838	116.937
Outros	7.049	8.026	7.049	8.026
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(11.557)	(19.949)	(11.210)	(19.403)
	399.830	310.882	312.070	273.676
Circulante	270.841	195.660	192.081	158.454
Não Circulante	128.989	115.222	128.989	115.222

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*):

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	61.326	52.950	23.134	11.853
Vencidos:				
de 1 a 30 dias	35.560	7.653	35.560	7.653
de 31 a 60 dias	2.410	851	2.410	851
de 61 a 90 dias	138	4.817	138	4.817
de 91 a 120 dias	53	135	53	135
de 121 a 180 dias	15	2.628	15	2.628
a mais de 180 dias	136.928	128.422	136.928	127.718
Total	<u>236.430</u>	<u>197.456</u>	<u>198.238</u>	<u>155.655</u>

Abaixo a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(19.949)	(19.403)
Provisão	(11.557)	(11.210)
Baixa	19.949	19.403
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(11.557)</u>	<u>(11.210)</u>

6 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Matéria prima	35	72	35	72
Produtos acabados	9.335	10.761	9.335	10.761
Almoxarifado	20.241	37.328	13.578	7.194
Outros	-	280	-	280
	<u>29.611</u>	<u>48.441</u>	<u>22.948</u>	<u>18.307</u>

7 Impostos a Recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
ISS	1.351	19.136	1.344	1.453
ICMS	555	236	555	236
PIS	3.579	584	2.769	579
COFINS	16.194	2.404	12.455	2.381
CSLL	11.940	6.970	10.680	6.839
Imposto de renda	22.136	10.255	15.864	9.249
INSS	5.787	10.329	-	10.318
Outros	1.471	-	1.333	-
	63.013	49.914	45.000	31.055

8 Participações em consórcios

	Controladora	
	2016	2015
BR 364	(2.383)	(1.974)
EMAP Dragagem	(7.256)	(7.244)
Porto de Itajaí Emergência	(7.728)	(7.728)
Dersa Rodoanel Lote 4 Sul	(5.974)	(5.140)
CPTM - Estações - Linha7 Rubi	53	(2.415)
DNIT Duplicação BR 101	(4.622)	(4.921)
Belo Monte	15.904	13.630
ROMA	5.243	157
SAAE ETE Guarulhos	81	80
Jacu Pêssego Lote I	2.036	2.052
Outeirinhos	1.231	2.025
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(12.209)	(7.385)
Porto de Mucuripe	(129)	(357)
CPTM - Linhas A - F	18.716	(793)
Metro Linha 5	(2.947)	(2.109)
REDUC	27.598	29.169
CPTM - Linha13 Jade	7.534	3.100
BR 135	(5.365)	5.238
Linha 9 Esmeralda	(4.806)	(4.379)
SP 320 - Lotes 5 e 7	(875)	4.278
Corredor Inajar de Souza	62	3.189
Sabesp	28.193	-
Infraero - Aeroporto de Guarulhos	3.715	3.739
Centro Seco - Ribeirão dos Meninos	1.929	(3.179)
Outros consórcios	829	(1.631)
	58.830	17.402
Provisão para perdas com encerramento de consórcios	(4.224)	(4.224)
	54.606	13.178

9 Outras contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Alienação da Serveng Transportes	131.300	-	131.300	-
Adiantamento a fornecedores	2.139	1.897	1.137	706
Outros adiantamentos	318	556	318	556
Créditos a receber de outras empresas	3.826	780	3.826	780
Outros	1.313	1.658	1.271	1.123
Total	138.896	4.891	137.852	3.165
Circulante	40.221	3.273	39.218	2.081
Não circulante	98.675	1.618	98.634	1.084

10 Precatórios a receber

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Valor bruto				
DER/SP (a)	26.406	26.406	26.406	26.406
Prefeitura de Cotia (b)	23.384	31.387	23.384	31.387
Prefeitura de Guaratinguetá (b)	7.720	10.188	7.720	10.188
Outros (b)	4.981	4.981	4.981	4.981
	62.491	72.962	62.491	72.962

Emenda Constitucional 62/09

Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela Companhia (ver item a), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Em 14 de março de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios. Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que cria o regime especial de pagamento.

A decisão do Plenário do STF ainda não foi publicada, mas quando ocorrer, deverá esclarecer através do instituto da modulação, o tratamento dos créditos precatórios pendentes de pagamento. A princípio deverá prevalecer regra anterior a vigência da EC 62/09.

Composição dos precatórios a receber

- (a) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.
- (b) Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controladora Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Osasco, Itapevi e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança.

Para os demais precatórios, em razão do recente julgamento ocorrido em 14 de março de 2013, cujo acórdão ainda não publicado, e como consequência a indefinição das regras que serão aplicadas aos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e/ou Governo do Estado de São Paulo e demais entes devedores da administração pública, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva em relação aos efeitos do julgamento por parte do STF quanto a inconstitucionalidade da EC 62/09 e o tratamento que deverão ter os créditos decorrentes de precatórios.

11 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	36.180	35.191	14.759	49.655
Participações em sociedades em conta de participação	18.581	2.627	18.581	2.627
	54.761	37.818	33.340	52.282
Lucro não realizado com controladas (a)	(29.096)	(29.931)	(29.096)	(29.931)
	25.665	7.887	4.244	22.351
			2016	2015
Lucro não realizado			29.096	29.931
Impostos diferidos				
Imposto de renda			(7.274)	(7.483)
Contribuição social			(2.619)	(2.694)
			(9.893)	(10.177)
Lucro não realizado líquido			19.203	19.754

Construção de ativo imobilizado na controlada Corumbá Concessões S.A.

As informações da controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

Empresa	Capital social	Lucro (prejuízo) ajustado	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Patrimônio líquido ajustado	Investimento		Equivalência patrimonial	
						2016	2015	2016	2015
Corumbá Concessões S.A.	155.224	2.549	157.773	22,93%	36.180	36.180	35.192	1.093	(9.525)
Dragaport Engenharia Ltda.	-	-	-	-	-	-	6.320	(1.380)	(358)
Santa Cruz Rodovias S.A.	300	(3.115)	(2.815)	100%	(2.815)	(2.815)	(1.338)	(1.477)	(181)
Nossa Casa Engenharia Ltda.	501	(19.097)	(18.606)	100%	(18.606)	(18.606)	9.481	(17.943)	3.697
Serveng Transportes Ltda.	-	-	-	0%	-	-	-	15.619	-
Participações em controladas						14.759	49.655	(4.088)	(6.367)
Sociedades em conta de participação						18.581	2.627	(46.076)	-
Lucro não realizado						(29.096)	(29.931)		
Total avaliado por equivalência patrimonial						4.244	22.351	(50.164)	(6.367)

12 Imobilizado

Controladora	Taxa de depreciação (a.a.%)	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Terrenos		3.937	-	3.937	3.937
Edifícios e construções	2,8	18.172	(11.706)	6.466	7.044
Máquinas e equipamentos	4 a 25	219.734	(102.272)	117.462	125.260
Veículos	14 a 20	168.659	(92.687)	75.972	85.878
Móveis, utensílios e outros	10	3.033	(2.252)	781	909
Equipamentos de informática	20	5.489	(4.926)	563	988
Benfeitorias	4	4.198	(774)	3.424	-
Obras em andamento		2.525	-	2.525	9.404
Total		425.747	(214.617)	211.130	233.420

Consolidado	Taxa de depreciação (a.a.%)	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Terrenos		3.937	-	3.937	4.149
Edifícios e construções	2,8	18.172	(11.706)	6.466	7.044
Máquinas e equipamentos	4 a 25	254.177	(123.799)	130.378	145.974
Veículos	14 a 20	170.667	(94.003)	76.664	86.891
Móveis, utensílios e outros	10	5.374	(4.622)	752	1.866
Equipamentos de informática	20	6.392	(5.208)	1.184	1.092
Benfeitorias	4	12.682	(6.162)	6.520	-
Obras em andamento e outros		2.577	-	2.577	12.588
Total		473.978	(245.500)	228.478	259.604

a. Mapa de movimentação do imobilizado - consolidado

Custo	Taxa	01/01/2015	Adições	Baixas	Transf./Ajustes	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2016
	Depreciação (a.a%)									
Máquinas e equipamentos	4 a 25	206.981	8.812	(6.595)	47.693	256.891	2.465	(8.866)	3.687	254.177
Veículos	10 a 25	167.239	2.591	(2.719)	1.947	169.058	2.706	(1.097)	-	170.667
Edifícios e construções	2,8	18.684	-	(512)	-	18.172	-	-	-	18.172
Obras em andamento	4 a 25	57.804	586	(131)	(44.097)	14.162	7.126	(2.338)	(3.692)	15.258
Terrenos	-	6.574	-	(2.425)	-	4.149	-	(212)	-	3.937
Móveis e utensílios	10	3.130	163	(197)	3.087	6.183	90	(904)	5	5.374
Computadores e periféricos	20	4.994	120	(33)	735	5.816	743	(166)	-	6.392
Total do Custo		465.406	12.272	(12.612)	9.365	474.431	13.130	(13.583)	-	473.978
Total da Depreciação		(176.087)	(37.149)	7.809	(9.400)	(214.827)	(32.940)	2.267	-	(245.500)
Total do imobilizado		289.319	(24.877)	(4.803)	(35)	259.604	(19.810)	(11.316)	-	228.478

b. Mapa de movimentação do imobilizado - controladora

Custo	Taxa	01/01/2015	Adições	Baixas	Transf./Ajustes	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2016
	depreciação (a.a%)									
Máquinas e equipamentos	4 a 25	211.356	6.668	(4.353)	(22)	213.649	2.465	(67)	3.687	219.734
Veículos	10 a 25	166.843	2.586	(2.560)	199	167.068	2.688	(1.097)	-	168.659
Edifícios e construções	2,8	18.684	-	(512)	-	18.172	-	-	-	18.172
Obras em andamento	4 a 25	9.535	476	-	-	10.011	404	-	(3.692)	6.723
Terrenos	-	6.362	-	(2.425)	-	3.937	-	-	-	3.937
Móveis e utensílios	10	2.941	139	(91)	22	3.011	90	(73)	5	3.033
Computadores e periféricos	20	5.538	87	(7)	-	5.618	37	(166)	-	5.489
Total do custo		421.259	9.956	(9.948)	199	421.466	5.684	(1.403)	-	425.747
Total da depreciação		(168.150)	(26.734)	6.511	327	(188.046)	(27.837)	1.266	-	(214.617)
Total do imobilizado		253.109	(16.778)	(3.437)	526	233.420	(22.153)	(137)	-	211.130

13 Intangível

Consolidado

	Taxa de amortização (a.a.%)	2016		2015	
		Custo	Amortização e exaustão acumulada	Saldo residual	Saldo Residual
Ágio pago na aquisição de investimentos		527	-	527	527
Direitos de lavra	(a)	28.355	(3.208)	25.147	25.213
Softwares	20%	28.623	(20.172)	8.451	12.029
Outros		26	-	26	131
		57.531	(23.380)	34.151	37.900

Controladora

	Taxa de amortização (a.a.%)	2016		2015	
		Custo	Amortização e exaustão acumulada	Saldo residual	Saldo Residual
Ágio pago na aquisição de investimentos		527	-	527	527
Direitos de lavra	(a)	28.355	(3.208)	25.147	25.213
Softwares	20%	28.454	(20.112)	8.342	11.985
Outros		26	-	26	26
		57.362	(23.320)	34.042	37.751

- (a) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;

Mapa de movimentação do ativo intangível - consolidado

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Ágio pago na aquisição de investimentos	527	-	-	527	-	-	527
Direitos de lavra	28.355	-	-	28.355	-	-	28.355
Software	27.672	815	(3)	28.484	139	-	28.623
Outros	148	-	(17)	131	-	(105)	26
Total do custo	56.702	815	(20)	57.497	139	(105)	57.531
Amortização acumulada	(15.667)	(3.930)	-	(19.597)	(3.783)	-	(23.380)
Valor residual do ativo intangível	41.035	(3.115)	(20)	37.900	(3.644)	(105)	34.151

Mapa de movimentação do ativo intangível - controladora

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Ágio pago na aquisição de investimentos	527	-	-	527	-	-	527
Direitos de lavra	28.355	-	-	28.355	-	-	28.355
Software	27.625	815	-	28.440	15	-	28.455
Outros	42	-	(16)	26	-	-	26
Total do custo	56.549	815	(16)	57.348	15	-	57.363
Amortização acumulada	(15.667)	(3.930)	-	(19.597)	(3.724)	-	(23.321)
Valor residual do ativo intangível	40.882	(3.115)	(16)	37.751	(3.709)	-	34.042

14 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores	72.661	56.099	30.024	28.714
Fornecedores - partes relacionadas (nota 19)	6.389	6.434	6.389	9.896
	79.050	62.533	36.413	38.610

15 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Financiamento de equipamentos - FINAME PSI 2 (a)	22.080	40.285	22.080	40.285
Outros	5.142	10.651	-	-
	27.222	50.936	22.080	40.285
Circulante	17.264	21.940	16.038	17.964
Não circulante	9.958	28.996	6.042	22.321

- (a) FINAME PSI 2 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% a.a. e TJLP + juros que variam de 3,2 a 3,7% a.a., com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado	Controladora
2018	7.138	6.042
2019	1.022	-
2020	906	-
2021	596	-
2022 em diante	296	-
Total	9.958	6.042

16 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações fiscais				
Tributos parcelados (a)	18.393	23.409	18.103	22.623
ISS	17.511	14.287	15.818	9.054
COFINS	11.032	9.585	8.568	9.585
PIS	3.600	1.821	3.232	1.821
ICMS	366	1.387	362	1.387
Obrigações previdenciárias	11.850	5.366	11.393	5.346
Outros	8.376	6.237	4.825	5.592
	71.128	62.092	62.301	55.408
Circulante	63.223	48.188	54.602	42.290
Não circulante	7.905	13.904	7.699	13.118

- (a) Tributos parcelados no montante de R\$ 18.393 estão compostos como segue: (i) R\$ 14.506 referentes aos débitos incluídos no processo de consolidação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, obtido pela controlada Serveng com prazo de quitação entre 73 e 161 parcelas mensais, sujeito a atualização pela variação da SELIC; (ii) R\$ 347 referente ao saldo remanescente do parcelamento de ISS da Prefeitura de São Sebastião, obtido pela controlada Serveng, para ser pago em 100 parcelas mensais, atualizadas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo; (iii) R\$ 3.115 referente parcelamento ISS Prefeitura de Caraguá obtidos pela Serveng com prazo de quitação de 03 parcelas mensais, com atualização de juros a Longo Prazo; (iv) R\$ 426 referente parcelamento CFEM.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado	Controladora
2018	2.968	2.914
2019	2.968	2.914
2020	1.353	1.299
2021	190	146
2022 em diante	426	426
Total	7.905	7.699

17 Provisão para contingências

	Consolidado			
	2016		2015	
	Provisão	Depósito Judicial	Saldo líquido	Saldo Líquido
Ativo				
Processos tributários - Corumbá	-	25.357	25.357	25.357
Processos trabalhistas	-	-	-	1.198
	-	25.357	25.357	26.555
Passivo				
Processos tributários	7.333	3.275	4.058	5.090
Processos cíveis	16.651	7.271	9.380	11.948
Processos trabalhistas	31.593	17.627	13.966	-
	55.577	28.173	27.404	17.038

	Controladora			
	2016		2015	
	Provisão	Depósito judicial	Saldo líquido	Saldo líquido
Ativo				
Processos tributários - Corumbá	-	25.357	25.357	25.357
Processos trabalhistas	-	-	-	802
	-	25.357	25.357	26.159
Passivo				
Processos tributários	7.190	3.273	3.917	5.020
Processos cíveis	16.622	7.271	9.351	12.690
Processos trabalhistas	23.820	14.490	9.330	-
	47.632	25.034	22.598	17.710

A Companhia e as suas controladas com controle integral possuem outras contingências passivas em 31 de dezembro de 2016 no montante aproximado de R\$ 237.245 (R\$ 320.788 em 2015), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas. A composição por natureza está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Processos tributários	146.099	256.219
Processos cíveis	90.741	64.254
Processos trabalhistas	405	315
	237.245	320.788

18 Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Consórcios	7.747	51.808	-	-
Adiantamento de clientes	7.371	9.550	7.371	9.543
Honorários advocatícios	5.982	6.751	5.982	5.982
Mútuo outras empresas	-	696	-	-
Outros	5.016	17.257	994	749
	26.116	86.062	14.347	16.274
Circulante	12.359	65.536	8.334	10.179
Não circulante	13.757	20.526	6.013	6.095

19 Partes relacionadas

Os principais saldos de partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
Contas a receber				
Consórcios	3.387	-	3.387	4.270
Dragaport Engenharia	-	128	-	-
Eolicabras	-	174	-	174
Forte Canto de Baixo	6.750	-	6.750	-
Mineração Aparecida	2.663	-	2.663	-
Mineração Barueri	899	472	899	472
Mineração Jambeiro	32	5.673	32	5.580
Mineração São Luis	-	26	-	26
Pecuária Serramar	-	1.557	-	1.557
Projeto Energias Renováveis (Eólicas)	-	349	-	349
Serveng Desenvolvimento Imobiliário	23	26	23	26
Serveng Transportes	333	-	333	-
SM Geração de Energia	11.837	-	11.837	-
Soares Penido	-	4	-	4
Ventos de Santo Antônio	12.735	-	12.735	-
Ventos do Canto de Baixo	9.830	-	9.830	-
Ventos Parazinhenses	8.475	-	8.475	-
Ventos Potiguares	24	3	24	3
	<u>56.988</u>	<u>8.412</u>	<u>56.988</u>	<u>12.461</u>
(nota 5)				
Outras contas a receber				
Acionista	32.992	-	32.992	-
	<u>32.992</u>	<u>-</u>	<u>32.992</u>	<u>-</u>
(nota 9)				
Dividendos a receber				
Corumbá Concessões	104	-	104	-
Nossa Casa Engenharia	-	-	8.674	-
	<u>104</u>	<u>-</u>	<u>8.778</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante				
Mútuos				
Corumbá Concessões	2.019	-	2.019	-
Nossa Casa Engenharia	-	620	-	1.242
Soares Penido	-	118.274	-	118.274
	<u>2.019</u>	<u>118.894</u>	<u>2.019</u>	<u>119.516</u>
Outras contas a receber				
Acionista	98.475	-	98.475	-
	<u>98.475</u>	<u>-</u>	<u>98.475</u>	<u>-</u>
(nota 9)				
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Corumbá Concessões S.A	38.195	38.195	38.195	38.195
Nossa Casa Engenharia	-	-	15.035	-
	<u>38.195</u>	<u>38.195</u>	<u>53.230</u>	<u>38.195</u>

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Passivo circulante				
Fornecedores				
Campina Potiguar	815	-	815	-
Canto da Ilha	766	-	766	-
Consórcios	-	-	-	3.462
Energia Potiguar	805	-	805	-
Esquina dos Ventos	461	-	461	-
Ilha dos Ventos	381	-	381	-
Morro dos Ventos	1.377	-	1.377	-
Ponta do Vento Leste	545	-	545	-
Pontal do Nordeste	311	-	311	-
Serveng Residencial Mogi das Cruzes	-	50	-	50
Torres de Pedra	543	-	543	-
Torres de São Miguel	380	-	380	-
Ventos Potiguares	5	6.384	5	6.384
	6.389	6.434	6.389	9.896
(nota 14)	6.389	6.434	6.389	9.896
Passivo não circulante				
Mútuos				
Dragaport Engenharia	-	-	-	5.087
Mineração Aparecida	550	-	550	-
Mineração Barueri	600	-	600	-
Mineração Jambeiro	914	-	914	-
Mogi das Cruzes	800	-	800	-
Santa Cruz Rodovias	-	-	963	1.103
	2.864	-	3.827	6.190
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Soares Penido	900	-	900	-
	900	-	900	-
	900	-	900	-

Remuneração da Administração e da Diretoria

Durante o exercício de 2016, os Administradores da Companhia e controladas receberam remuneração a título de honorários, no montante de R\$ 4.149 (R\$ 4.190 em 2015), sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia é de R\$ 903.303 (R\$ 800.000 em 2015), representado por 32.420.895.309 (28.327.901.058 em 2015) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Prejuízos acumulados

	2016
Saldo inicial	(34.290)
Realização do custo atribuído de ativos	(795)
Prejuízo líquido do exercício	<u>(154.123)</u>
	<u>(189.208)</u>

c. Ajuste de avaliação patrimonial

	2016
Saldo inicial	31.064
Realização do custo atribuído de ativos	<u>795</u>
	<u>31.859</u>

21 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
Receita operacional bruta				
Receita de serviços	980.540	1.057.180	972.248	1.011.590
Outras receitas	<u>74.329</u>	<u>65.378</u>	<u>46.562</u>	<u>65.377</u>
	<u>1.054.869</u>	<u>1.122.558</u>	<u>1.018.810</u>	<u>1.076.967</u>
Deduções				
Impostos sobre as vendas	(74.786)	(96.906)	(73.953)	(95.537)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	<u>(2.013)</u>	<u>(1.291)</u>	<u>(1.244)</u>	<u>(1.291)</u>
	<u>(76.799)</u>	<u>(98.197)</u>	<u>(75.197)</u>	<u>(96.828)</u>
	<u>978.070</u>	<u>1.024.361</u>	<u>943.613</u>	<u>980.139</u>

22 Custo do produto vendido

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2015	2016	2015
Mão de obra	(322.532)	(302.531)	(306.281)	(302.431)
Materiais e peças	(259.917)	(206.853)	(245.174)	(206.853)
Serviços de terceiros	(237.140)	(199.493)	(229.211)	(199.493)
Aluguéis	(75.966)	(53.021)	(73.482)	(53.021)
Custo do produto vendido	(17.153)	(82.666)	(17.153)	(48.648)
Depreciação e amortização	(3.520)	(13.677)	(3.520)	(13.677)
Outros	<u>(2.393)</u>	<u>(12.987)</u>	<u>(1.898)</u>	<u>(13.087)</u>
	<u>(918.621)</u>	<u>(871.228)</u>	<u>(876.719)</u>	<u>(837.210)</u>

23 Administrativas, comerciais e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Despesas com pessoal	(82.198)	(80.674)	(74.215)	(74.551)
Combustíveis e lubrificantes	(38.874)	(19.473)	(38.874)	(19.473)
Depreciação e amortização	(31.136)	(23.390)	(31.077)	(23.374)
Peças p/ máquinas, equipamentos e veículos	(34.262)	(28.583)	(34.262)	(28.583)
Serviços de terceiros	(29.227)	(135.334)	(26.316)	(135.305)
Despesas tributárias	(8.209)	(34.054)	(7.717)	(33.925)
Manutenção de edifícios	(5.301)	(4.003)	(5.284)	(4.003)
Fretes	(3.100)	(6.011)	(3.100)	(6.011)
Aluguéis	(2.290)	(387)	(1.112)	(387)
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	8.394	3.700	8.193	3.700
Outras	(9.086)	(8.605)	(7.256)	(8.597)
	(235.289)	(336.814)	(221.020)	(330.509)

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ganho na alienação de investimento transportes	35.663	-	37.378	-
Recuperação de danos	12.472	187	12.465	187
Resultado na alienação de ativo imobilizado	414	2.123	422	2.123
Provisão (reversão) para contingências	(3.728)	6.806	(19.823)	6.813
Indenização trabalhista	(3.491)	(6.125)	(3.444)	(5.184)
Outras	4.472	707	1.104	75
	45.802	3.698	28.102	4.014

25 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	31.574	181	31.538	159
Receita de aplicação financeira	6.093	9.502	5.962	9.378
Juros recebidos	541	7.841	535	7.841
Outras	156	1.450	156	1.451
	38.364	18.974	38.191	18.829
Despesas financeiras				
Juros pagos	(11.637)	(15.560)	(11.511)	(15.559)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(942)	(5.135)	(749)	(5.038)
Despesas bancárias	(336)	(1.240)	(230)	(296)
Outras	(59)	(322)	(59)	(794)
	(12.974)	(22.257)	(12.549)	(21.687)
	25.390	(3.283)	25.642	(2.858)

26 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<i>Ativo</i>				
Imposto de renda e contribuição social diferida:				
Diferenças temporárias	10.754	6.790	10.754	6.790
Prejuízos fiscais	20.255	-	20.255	-
Total diferido ativo	31.009	6.790	31.009	6.790
<i>Passivo</i>				
Imposto de renda e contribuição social diferida:				
Ações valor justo	552	106	552	106
Exclusões temporárias de órgãos públicos	18.647	18.101	18.647	18.101
Depreciação valor justo	50.913	33.672	50.913	33.672
Atualização precatórios	20.914	20.914	20.914	20.914
Outras exclusões	11.490	5.979	11.490	5.979
Total diferido passivo	102.516	78.772	102.516	78.772
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	71.507	71.982	71.507	71.982
Cálculo alíquota de imposto efetiva				
Lucro antes do IR e da CSLL	103.561	192.791	104.715	192.791
IR e CSLL - calculado à alíquota de 34%	35.211	65.549	35.603	65.549
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSLL				
IR e CSLL sobre resultado de participações societárias	(20.372)	(2.165)	(20.372)	(2.165)
Outras Adições/exclusões permanentes	(19.569)	(67.114)	(18.808)	(67.114)
Incentivos Fiscais	-	142	-	142
IR e CSLL correntes	(5.052)	(8.397)	(3.677)	(8.397)
IR e CSLL diferidos	322	4.809	100	4.809
IR e CSLL no resultado	4.730	3.588	3.577	3.588
Alíquota efetiva	5%	2%	3%	2%

27 Instrumentos financeiros

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas operam com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos. Adicionalmente, a Companhia não opera com instrumento financeiro derivativo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

c. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, também, dos recebíveis de clientes de suas controladas.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais.

Em 31 de dezembro de 2016 a exposição máxima é de R\$ 569.384 (R\$ 391.486 em 2015) referente ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	79.050	-	-	79.050
Empréstimos e financiamentos	17.264	9.958	-	27.222
Outras contas a pagar	12.359	13.757	-	26.116
	108.673	23.715	-	132.388

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Gestão de capital

A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Valor contábil		(Nível 2) Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	38.128	192.553	38.128	192.553
Contas a receber	399.830	310.882	399.830	310.882
Outras contas a receber	138.896	4.858	138.896	4.858
Ativos financeiros	468	312	468	312
	577.322	508.605	577.322	508.605
Passivos financeiros				
Fornecedores	79.050	62.533	79.050	62.533
Empréstimos e financiamentos	27.222	50.936	27.222	50.936
Dividendos a pagar	171	-	171	-
Outras contas a pagar	26.116	86.062	26.116	86.062
	132.559	199.531	132.559	199.531

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

	2016			2015		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	13.939	24.189	-	11.092	181.461	-
Contas a receber	399.830	-	-	310.882	-	-
Outros contas a receber	138.896	-	-	4.858	-	-
Ativos financeiros	468	-	-	312	-	-
	553.100	24.189	-	327.144	181.461	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	79.050	-	-	62.533
Empréstimos e financiamentos	-	-	27.222	-	-	50.936
Dividendos a pagar	-	-	171	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	26.116	-	-	86.062
	-	-	132.559	-	-	199.531

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 14% para o CDI e 7,5% para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável; e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	38.128		<u>5.338</u>	<u>6.673</u>	<u>8.007</u>	<u>4.004</u>	<u>2.669</u>
Financiamentos		TJLP					
Despesa financeira	27.222		<u>(2.042)</u>	<u>(2.553)</u>	<u>(3.062)</u>	<u>(1.531)</u>	<u>(1.021)</u>
Resultado financeiro			<u>3.296</u>	<u>4.120</u>	<u>4.945</u>	<u>2.473</u>	<u>1.648</u>

* * *

A Diretoria

Contabilidade

Mario Fernando de Acioli Conrado Junior
Contador CRC 1SP 211853/O-5